

Governo cria fundo de empréstimos

Programa exigirá cortes de até 30% das despesas

O governo lançará, na próxima semana, um programa de emergência para socorrer Estados em dificuldades. O "Programa de Empréstimos para o Saneamento Financeiro e Ajuste Fiscal dos Estados" contará com um fundo com recursos de R\$ 2 bilhões (da Caixa Econômica Federal, Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico e Fundo de Amparo ao Trabalhador). Mas os Estados que quiserem empréstimos do Tesouro Nacional para pagar suas contas deverão ser obrigados a cortar até 30% de suas despesas com pessoal nos próximos três anos.

Para ter acesso aos recursos, os governadores precisarão cortar drasticamente suas despesas e assumir metas de aumento de arrecadação. Apesar das exigências, Estados como Rondônia, Sergipe e Mato Grosso já se candidataram aos financiamentos.

O Programa prevê um forte ajuste, nos moldes daqueles impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países que buscam empréstimos. "Sabemos que Alagoas, por exemplo, tem três folhas de pagamento em atraso. Se liberarmos recursos para pagar os atrasados, de nada adiantará, em poucos meses a situação estará igual à de hoje", afirmou um técnico do Ministério da Fazenda.

De acordo com as regras do Programa, que será criado por meio de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), os empréstimos serão concedidos em cotas com valor equivalente

aos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Quanto maior o número de cotas requeridas por um Estado, mais duro será o programa de ajuste. Ficarão proibidas medidas como a concessão de aumentos salariais para o funcionalismo público, novas contratações ou promoções por intermédio de planos de cargos e salários. Além dos gastos de pessoal, as despesas com custeio também deverão cair. Haverá metas para os Estados aumentarem sua arrecadação. Uma das hipóteses é um crescimento de 2% ao mês.

Em nível técnico, o Tesouro Nacional está propondo que os empréstimos sejam concedidos num prazo máximo de 18 meses, sem prazo de carência para o início do pagamento. A decisão final caberá ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao

presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, os técnicos já avaliam que precisarão ceder, alongando o prazo e admitindo um período de carência. Do contrário, os Estados não terão condições de honrar os pagamentos. Está definido, porém, que o prazo deverá ser inferior a 36 meses, para que o empréstimo seja pago ainda no governo Fernando Henrique.

As exigências de garantias dos empréstimos também serão rígidas. O Tesouro poderá bloquear até a arrecadação dos impostos estaduais como pagamento. A correção dos empréstimos deverá ser pela variação da Taxa Referencial (TR) mais 0,5% ao mês.

Lu Aiko/AE

16 NOV 1995

Ajuste será nos moldes daqueles impostos pelo Fundo Monetário Internacional aos países devedores

CORRUPÇÃO

PELÉ AMENIZA DECLARAÇÕES

E diz que críticas a políticos referiam-se ao passado

O ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, reafirmou ontem que no Congresso, como em qualquer segmento da sociedade, existe corrupção, mas ressaltou que o governo e as atuais lideranças políticas estão empenhados em mudar esse quadro. "Há ladrões em todos os lugares, no Brasil como em todas as partes do mundo, mas felizmente isso está mudando", disse, esclarecendo que suas críticas à classe política, feitas na terça-feira, referiam-se ao passado recente.

Ao participar de um evento esportivo ontem na cidade-satélite de Taguatinga (DF), Pelé tentou atenuar suas declarações, feitas no dia anterior, de que "o Congresso está cheio de ladrões" e "político no Brasil é sinônimo de corrupção". O ministro disse que as declarações foram feitas dentro do contexto de uma conversa com os líderes do movimento negro, por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte do líder negro Zumbi. Ele disse que, para moralizar a política e ampliar as conquistas dos negros, era preciso votar em candidatos melhores e comprometidos com a justiça social.

As declarações de Pelé provocaram reações no Congresso. Ontem pela manhã, ele teve de dar explicações ao presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães

(PFL-BA). "Expliquei a ele o contexto das minhas afirmações", contou o ministro, garantindo que Magalhães se deu por satisfeito. Disposto a dar os mesmos esclarecimentos ao presidente Fernando Henrique Cardoso, Pelé insistiu que suas críticas referiam-se ao passado recente do País, lembrando o impeachment do ex-presidente Fernando Collor e a CPI do Orçamento.

Os esclarecimentos ao presidente, porém, não foram necessários. O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, adiantou-se ontem para informar que Fernando Henrique considera o episódio superado.

Segundo Pelé, o governo e as atuais lideranças políticas têm feito grande esforço em defesa da moralidade, mas a corrupção ainda existe e "não podemos tapar o sol com a peneira".

Pelé lembrou não ser esta a primeira vez que declarações suas provocam polêmica. "Quando fiz o milésimo gol (em 1969), ofereci às crianças e alertei as autoridades sobre o problema da infância brasileira e, por isso, me acusaram de demagogo." Outra celeuma ocorreu nos anos 70, quando alertou que "se nós quisermos mudar o Brasil temos de escolher bem nossos candidatos" e, segundo ele, a frase foi traduzida para "o brasileiro não sabe votar".

Vannildo Mendes/AE



Pelé: jogo em Taguatinga

Edvaldo Ferreira/AE